

Economia

EC 44

questões económicas e sociais



- Contradições e antagonismos da crise capitalista
- Actualidade da teoria económica de Marx

A actualidade da teoria económica de Marx

António A. Mendonça (*)

1. Introdução

A crise da teoria económica que se seguiu à crise económica dos anos 70, tem levado um número crescentes de investigadores e debruçarem-se sobre as análises de Marx, e a procurarem aí elementos para a explicação dos problemas actuais da economia mundial. As próprias portas do templo universitário têm vindo progressivamente a abrir-se ao estudo e divulgação das obras de Marx, sendo notável o número de obras de cariz «marxiano» que se produziram nos últimos tempos.

No final dos anos 50, na 4.ª edição do seu famoso «Economics», o Prof. Samuelson referia-se a Marx em termos de grande desprezo:

«A seguir, a nossa exposição apresenta uma ovelha negra, que estava atrás da verdadeira tradição clássica. Karl Marx, exilado da Alemanha, continuou trabalhando no Museu Britânico. Fazia votos para que a burguesia viesse a pagar pelo sofrimento que seus furúnculos lhe causaram, enquanto ele esti-

vera sentado, elaborando suas teorias da inevitável ruína do capitalismo.»⁽¹⁾

Alguns anos mais tarde, contudo, na 9.ª edição da mesma obra, os termos da referência a Marx alteravam-se significativamente:

«É escandaloso que, até muito recentemente; mesmo aos indivíduos que se especializaram em economia, não se ensinasse nada de Karl Marx, excepto que ele era um indivíduo sem solidez intelectual. Isto não resultava de intimações por parte de interesses plutocráticos, antes reflectia o facto de professores independentes e exaltados pertencentes à última geração, tais como John Maynard Keynes, pensarem que Marx era estéril e maçador. Nesta edição tentei apresentar Karl Marx nem como Deus nem como o Diabo — antes um sábio profano que metade da população mundial considera importante»⁽²⁾.

Este despertar para a teoria económica de Marx levou o Prof. Samuelson a introduzir nesta nova edição um apêndi-

(1) Samuelson, Paul. *Introdução à Análise Económica*. Livraria Agir Editora, Rio de Janeiro, 1961, p. 24.

(2) Idem, *Economia*, Fundação Calouste Gulben-

(*) Assistente no Instituto Superior de Eco-

ce dedicado aos «Rudimentos de Economia Marxista» e a multiplicar as referências à antiga «ovelha negra».

O que se passou com o Prof. Samuelson, passou-se igualmente com muitos outros académicos anteriormente avessos à teoria marxista. Basta ver o espaço que tem vindo a ser dedicado a **Marx** pelas revistas especializadas nas questões económicas.

Este interesse acrescido não se traduziu, contudo, numa aceitação generalizada das teses marxistas. Numa grande parte dos casos, ao contrário, o que se assistiu foi a uma modernização e sofisticação das críticas.

De qualquer forma, a generalização dos debates em torno de Marx, veio abrir as portas a novos desenvolvimentos teóricos que não podem ser ignorados, e demonstrar que as análises deste autor continuam a ser uma base teórica indispensável para uma correcta compreensão dos problemas económicos do nosso tempo.

Entre nós o panorama tem sido bastante diferente.

Antes do 25 de Abril, eram escassas as obras marxistas que chegavam ao nosso país e, as que chegavam tinham um difusão assaz reduzida.

A formação de uma intelectualidade de base marxista ressentiu-se profundamente desta situação. Os seus conhecimentos eram frágeis, na maior parte dos casos resultantes de um esforço autodidacta, sendo o confronto de ideias praticamente inexistente.

O tempo que decorreu desde o 25 de Abril ainda não foi suficiente para alterar significativamente o panorama. Em alguns casos houve até uma inflexão negativa.

A recente discussão no âmbito do centenário da morte de Marx é a prova

A qualidade dos artigos tem sido, em geral, baixa e a ignorância das teses de Marx é uma constante, mesmo por parte de alguns dos nossos mais destacados intelectuais. E para cúmulo dos cumulos, quase ninguém se tem pronunciado sobre o aspecto mais importante da obra marxista — a **Economia Política**.

Num país, com problemas económicos e sociais tão graves, com o nosso, em que as «soluções» liberais e monetaristas ganham uma dimensão inusitada, mesmo em sectores que se reclamam de progressivismo, torna-se urgente um debate sobre a obra económica de Marx e sua adequabilidade à realidade actual.

É nosso objectivo, com o presente artigo, contribuir, ainda que modestamente, para o lançamento desse debate.

2. A importância da Economia Política

A obra de Marx é vasta e abrange praticamente todos os campos das ciências sociais. É no entanto na teoria económica que se encontra a investigação mais profunda e mais completa, que se traduziu nesse monumento da Ciência que é «O Capital».

A escolha da economia como campo fundamental de investigação não se deve a qualquer capricho, ou a qualquer inclinação especial de Marx. É antes do mais, o resultado de necessidades objectivas que se fizeram sentir em determinado momento da investigação deste autor.

No célebre prefácio à «Contribuição para a Crítica da Economia Política», de 1859, Marx dá-nos conta do caminho percorrido até se decidir concentrar no estudo da Economia Política.

O objecto dos seus estudos especializados era a jurisprudência. No entanto

da revista alemã, *Gazeta Renana*, Marx confrontou-se com a necessidade de dar a sua opinião sobre algumas questões específicas, tais como a legislação renana sobre roubos de lenha e a divisão da propriedade imobiliária, a situação dos camponeses do Mosela e a polémica sobre o livre-câmbio e o protecçãoismo. Isto levou-o ao estudo da economia política.

Marx descreve-nos este processo do seguinte modo:

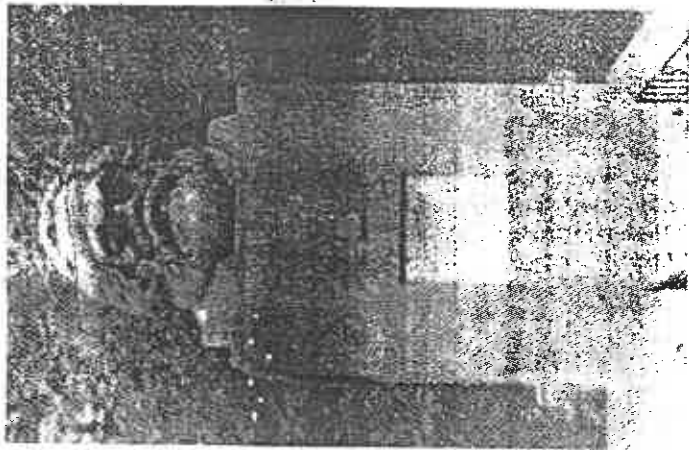
«Nas minhas pesquisas cheguei à conclusão de que as relações jurídicas — assim como as formas de Estado — não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela dita evolução geral do espírito humano, inserindo-se pelo contrário nas condições materiais de existência de que Hegel, à semelhança dos ingleses e franceses do séc. XVIII, compreende o conjunto pela designação de «sociedade civil»; por seu lado, a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política.»⁽¹⁾ (sublinhado nosso).

Esta primeira fase do estudo da economia política, iniciada em Paris e continuada em Bruxelas, após uma sentença de expulsão do território francês, permitiu a Marx chegar à conclusão geral que serviria de «fio condutor» a toda a sua investigação posterior: «na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura económica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem de-

terminadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social»⁽²⁾.

Os estudos económicos aprofundados seriam, no entanto, desenvolvidos em Londres a partir de 1850. A biblioteca do Museu Britânico deu-lhe acesso a uma

⁽¹⁾ Marx, Karl. Prefácio à *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Editorial Estampa.



vastíssima bibliografia de economia política e o capitalismo inglês um campo privilegiado de análise.

Marx leu praticamente tudo quanto, até então, se tinha escrito sobre economia política. Deste esforço resultou a elaboração de uma verdadeira história do pensamento económico, a que, infelizmente, não conseguiu dar forma acabada. Seria Kautsky que acabaria por organizar os materiais deixados por Marx, e os editaria entre 1905 e 1910, sob a designação de «Teorias da mais-valia», não sem antes ter introduzido alguns contributos «criadores». Outras edições se seguiram, contudo, que procuraram a fidelidade aos originais e que fizeram da obra um marco fundamental do pensamento económico.

A economia política inglesa e, em particular, a linha teórica do valor-trabalho iniciada por William Petty e desenvolvida por Adam Smith e David Ricardo, forneceram-lhe o quadro de referências fundamentais para a elaboração da sua obra máxima — «O Capital».

As leituras de Marx seriam, no entanto, marcadas pela conclusão geral que referimos. Ele corta radicalmente com a concepção de sistema capitalista como forma absoluta e definitiva de produção, definindo-o como uma etapa particular no desenvolvimento da sociedade, mais precisamente como «... a última forma contraditória do processo de produção social ...»⁽⁵⁾, com a qual termina «... a pré-história da sociedade humana»⁽⁶⁾.

Compreende-se assim a delimitação que faz do objecto de estudo, bem como o objectivo que pretende atingir, com a investigação que se materializou em «O Capital». Marx propõe-se estudar o «modo de produção capitalista e as relações de produção e de troca que lhe

correspondem»⁽⁷⁾, com o «fim último» de «descobrir a lei económica do movimento da sociedade moderna»⁽⁸⁾.

3. «O Capital»

O método utilizado em «O Capital» é de um rigor impressionante.

Ele traduz, em primeiro lugar, uma unidade perfeita entre a investigação e a exposição. Em segundo lugar, conjuga a análise e a síntese, a dedução e a indução, o lógico e o histórico. Em terceiro lugar, mostra, através da utilização que faz das duas, os limites da lógica formal e as potencialidades da lógica dialéctica. O estudo desenvolve-se ao longo de quatro etapas bem precisas⁽⁹⁾.

A primeira etapa consiste no estudo da forma concreta exterior com que se manifesta a produção capitalista.

A produção capitalista apresenta-se como uma produção generalizada de mercadorias. A mercadoria constitui a célula base desta produção. A forma mercadoria do produto do trabalho encerra uma contradição fundamental — a contradição entre valor e valor de uso — que ao desenvolver-se irá dar a origem ao capital.

O passo seguinte da investigação, ou seja, a segunda etapa, consiste no estudo da essência da produção capitalista, das suas características e da tendência geral do seu desenvolvimento.

A produção capitalista é essencialmente uma produção de valor, mais pre-

⁽⁷⁾ Marx, Karl. Prefácio à 1.ª edição (1867) de «O Capital», Edições Centelha, Coimbra, 1971.

⁽⁸⁾ Idem.

⁽⁹⁾ Estes aspectos encontram-se também referidos no artigo «A actualidade de «O Capital», de Alvaro Mateus, publicado no n.º 43 desta revista. Para uma análise mais completa remetemos para a fonte «inspiradora» do referido artigo, também por nós considerada, «Apuntes sobre o curso de «El Capital» de C. Marx», edição polycopiada, s.a.

cisamente de um valor acrescido. O acréscimo de valor, que aparece como o resultado lógico de todo o processo, é a mais-valia.

A esta etapa, corresponde, assim, o estudo do processo de produção de mais-valia e das suas formas. As consequências de uma produção sempre crescente de mais-valia são também estudadas.

Numa terceira etapa, estudam-se as formas de movimento do valor-capital.

É o momento de estudar o processo de circulação do capital e das formas funcionais que ele reveste — capital dinheiro, capital produtivo e capital mercadoria. Cada metamorfose é dissecada em pormenor. Verifica-se que a realização da mais-valia, produzida por cada capital particular, está dependente de relações bem precisas que se deverão estabelecer entre os diferentes capitais da sociedade — é o estudo do processo de reprodução do capital social.

Numa quarta etapa, finalmente, a essência e as formas do seu movimento são estudadas na sua unidade.

É o estudo que corresponde ao Livro III de «O Capital». Analisam-se as formas concretas que o capital adquire na sua realidade. É o momento de Marx se debruçar sobre os fenómenos concretos da economia capitalista: o movimento dos preços, o comportamento da taxa de lucro, a articulação entre as diferentes formas de capital, (capital industrial, bancário, comercial, agrícola, etc.), os ciclos económicos.

4. O Funcionamento Condições de Existência da Economia Capitalista

Ao longo destas etapas, Marx vai descobrindo as leis que regem o funcionamento do MPC, da mais geral e abstrac-

ta, até às que determinam a dinâmica concreta da economia.

A essência da produção capitalista está na produção de mais-valia. A origem desta mais-valia está nas particularidades de uma mercadoria especial — a força de trabalho. Como qualquer outra mercadoria, a força de trabalho possui como atributos um valor e um valor de uso. O valor é dado pelo valor dos bens materiais e espirituais necessários à manutenção e reprodução do possuidor da força de trabalho, ou seja, o trabalhador. O valor de uso consiste na propriedade de, pela sua utilização — o trabalho, gerar um valor superior ao seu próprio.

A utilização da força de trabalho exercce-se ao longo de toda uma jornada de trabalho. No entanto basta uma parte desta para produzir um valor igual ao valor da f. de trabalho. O valor produzido na outra parte é a mais-valia.

A forma mercadoria e, em particular a forma-preço do valor, escondem, no entanto, o processo que está na origem da mais-valia. Essa origem parece estar na esfera da circulação, na venda das mercadorias por preços superiores aos respectivos valores, os quais, por sua vez, são identificados com os custos de produção.

Na aparência dos fenómenos, a mais-valia parece não ter origem no consumo da mercadoria força de trabalho, mas sim na maior ou menor capacidade do capitalista em vender as suas mercadorias aos preços mais altos e (ou) aos custos mais baixos. A obtenção de mais-valia estaria assim directamente associada à actividade de gestão, legitimando o lucro como remuneração justa da actividade empresarial.

A incapacidade em ultrapassar o plano das aparências levou, (e leva ainda), a economia política a cair em profundas contradições.

Marx abriu o caminho à superação destas mesmas contradições, através da diferenciação que estabeleceu entre **trabalho — a substância do valor, e força de trabalho — conjunto de características físicas e intelectuais inerentes a cada indivíduo**. Esta distinção tornou possível a compreensão do processo de criação de valor excedente e formular a **lei da mais-valia como a lei essencial da produção capitalista**.

Não basta no entanto produzir mais-valia. É necessário que ela seja realizada, isto é, que adquira uma existência própria, separada das mercadorias que são seu suporte material. Essa existência própria é dada pela transformação das mercadorias em dinheiro, o que só é possível através da venda no mercado.

Se a venda aparece neste contexto como uma **necessidade absoluta**, a sua efectivação está dependente da **causalidade** do aparecimento de um comprador.

Para que toda a mais-valia produzida numa dada sociedade seja realizada é **necessário que se estabeleçam relações bem precisas entre os diferentes capitais existentes**. Essas relações foram identificadas de modo muito claro por Marx, no seu estudo da reprodução do conjunto do capital social.

A reprodução de mais-valia está, no entanto, imbuída de profundas contradições.

Por um lado, as relações de concorrência intercapitalistas tornam necessária uma **acumulação**, (aumento da escala da produção), que se desenvolve na ausência de toda a coordenação à priori das decisões de investimento.

Por outro lado, o aumento da mais-valia que daqui decorre, leva sempre à diminuição, ainda que de forma relativa, da parcela de valor que se destina ao pagamento da **força de trabalho** (facto

que vai exercer uma pressão permanente sobre a **procura efectiva**, limitando o mercado).

Estes dois aspectos inter-relacionam-se, concorrendo para o aparecimento das dificuldades periódicas de realização que caracterizam os períodos de crise.

Mas as crises, por sua vez, são os **processos através dos quais se restauram os equilíbrios perdidos, criando as condições para que o processo de acumulação se desenrole de novo**.

A origem destas crises está ligada à lei mais essencial da produção capitalista — a lei da mais-valia — **não podendo por isso ser evitadas sem pôr em causa as próprias relações de produção capitalista**.

Na medida em que se desenvolve a produção capitalista, as crises ganham uma amplitude e profundidade crescentes, que tornam cada vez mais prementes a necessidade de substituição do sistema capitalista por uma forma superior de organização social.

Esta substituição não se faz, contudo, de modo automático. Somente a acção dos grupos sociais nela interessados a poderá levar a cabo. Isto é, no entanto, um assunto assaz complexo, que ultrapassa o âmbito da teoria económica, não cabendo aqui o seu desenvolvimento.

5. A Resposta da Teoria Dominante

As implicações políticas da análise de Marx são de todos conhecidas e talvez sejam a razão fundamental que levou uma grande parte dos economistas que se reclamam das tradições dos clássicos a abandonar por completo a explicação do valor pelo trabalho, procurando-a na utilização e na raridade dos produtos

Os objectivos deses «novos desenvolvimentos» eram profundamente ideológicos. A preocupação fundamental era a defesa do sistema capitalista, cuja natureza profunda tinha sido explicitada de forma tão clara por Marx.

Tratava-se em primeiro lugar de retirar à força de trabalho o «monopólio» da criação de valor, através do desenvolvimento das teorias «do valor-utilidade» e dos factores de produção: **Capital, Trabalho e Terra**, apareceram em pé de igualdade, cada qual com o seu preço específico, na determinação do valor dos produtos. Não faltou sequer a tentativa de apagar o lucro como o verdadeiro móbil da produção, considerando-o apenas ligado a situações «extraordinárias», de desequilíbrios passageiros do sistema económico. Numa situação de equilíbrio não haveria lugar para lucro, mas apenas para uma remuneração justa de um factor — o preço do factor **capital**.

Tratava-se, em segundo lugar, de fazer profissão de fé na capacidade do mercado e no comportamento racional dos agentes económicos, para conduzir a harmonia do funcionamento do sistema económico. Longe de ser contraditório, o capitalismo aparecia como um modelo de perfeição e coerência, somente sujeito a perturbações temporárias, sempre motivadas por factores exógenos e accidentais, com duração dependente do tempo de existência destes factores.

Mas do mesmo modo que a explosão da retorta pune o alquimista por ter desafiado as leis da natureza, a crise dos anos 30 aí esteve para provar a justeza das afirmações de Marx e lançar o descrédito sobre os apologistas da harmonia do sistema capitalista.

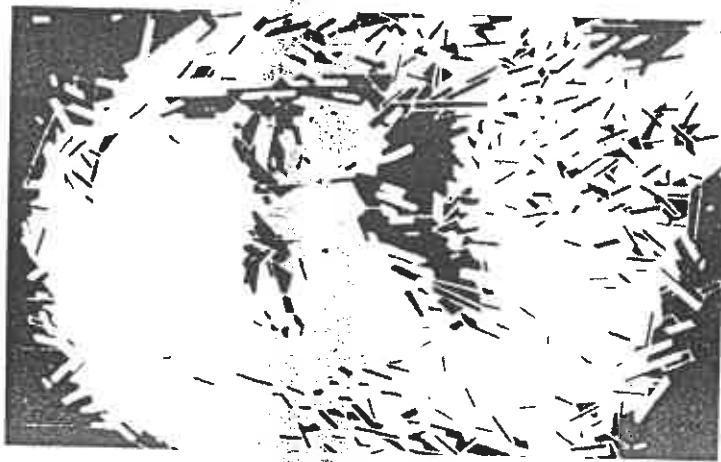
Seria no entanto demasiado duro para a teoria económica do «establishement» aceitar que Marx tinha razão. Haveria pois que encontrar uma outra teoria que

não pusesse em causa os fundamentos do sistema.

As análises de Sismondi e Malthus, sobre o desenvolvimento contraditório entre produção e consumo são retomadas e adaptadas à época do capitalismo monopolista.

O mito da capacidade do mercado de conduzir por si só o sistema económico ao equilíbrio é posto de lado. Em sua substituição surge a defesa da intervenção do estado na regulação da actividade económica. É a época do «New Deal» e da teoria Keynesiana.

A expansão acentuada, mais ou menos regular, que caracterizou a evolução das economias capitalistas no pós-guerra, pareceu vir confirmar estas novas concepções. Chegou-se mesmo a falar no fim das crises e na possibilidade de superar as contradições do sistema capitalista sem pôr em causa as suas relações de produção.



Não duraria muito tempo a ilusão. A crise do dólar, o aumento do preço do petróleo, a profunda recessão dos anos 70, o agravamento nos anos 80, aí está para demonstrar aos mais teimosos a correcção das análises de Marx.

6. Para concluir

Não pretendemos com o presente artigo defender a ideia de que Marx teria dito tudo sobre a economia capitalista e que, depois dele, ninguém mais teria sido capaz de avançar algo de novo. Nada é mais contrário ao espírito do autor, cuja teoria procurámos apresentar nos seus contornos mais gerais.

De há um século para cá, o capitalismo tem-se desenvolvido e novos fenómenos surgiram que, obviamente, não puderam ser estudados por Marx. Citamos entre outros, a transnacionalização do capital, a integração económica, a intervenção do estado, a inflação.

Por outro lado, o capitalismo deixou de ser o sistema económico universal, passando a coexistir e a articular-se com um sistema novo e em desenvolvimento — o sistema socialista.

Estas alterações, contudo, não invalidam as análises de Marx, uma vez que a essência do capital não foi alterada. A produção de mais-valia continua a ser o móbil central da produção capitalista, pelo que as contradições que daqui resultam continuam a existir e a condicionar a marcha da economia.

Os novos fenómenos terão que ser estudados na sua especificidade, mas não poderão ser correctamente apreendidos se não se tiver em consideração as leis gerais que regem o funcionamento da economia capitalista e que foram explicitadas por Marx.

Na teoria económica, aliás como em qualquer outro ramo do conhecimento,

não se pode fazer tabua rasa dos conhecimentos anteriores, sob pena de se cair no empirismo mais estéril. Deve-se partir dos conhecimentos adquiridos, embora sem resposta à priori, para procurar compreender os novos fenómenos; neste processo a própria teoria deverá ser testada.

No nosso entender, a teoria de Marx continua a ser um instrumento de análise eficaz. Isto deve-se ao seu carácter científico.